Irã promete ataques devastadores contra EUA e Israel após ameaças

Anúncio foi feito após Trump dizer que levaria Teerã de volta à 'Idade da Pedra'

Reuters/ Folhapress

Exército diz que centros estratégicos não foram destruídos e que EUA desconhecem a estrutura

O Exército do Irã prometeu na quinta-feira (2) realizar ataques devastadores contra Estados Unidos e Israel. O anúncio foi feito em resposta à ameaça feita pelo presidente americano, Donald Trump, de levar o país de volta à "Idade da Pedra" com bombardeios massivos nas próximas semanas.

"Com a confiança em Deus Todo-Poderoso, esta guerra continuará até sua humilhação, sua desonra, seu arrependimento definitivo e sua rendição", disse o comandante operacional do Exército iraniano, Khatam al-Anbiya, em comunicado na TV estatal. "Esperem ações ainda mais contundentes, amplas e devastadoras de nossa parte."

Durante o pronunciamento, Al-Anbiya afirmou que Washington e Tel Aviv têm informações incompletas sobre a capacidade militar do Irã e que os centros estratégicos de produção de mísseis, drones de longo alcance e sistemas de defesa aérea do país não foram destruídos.

"Os locais que vocês acreditam ter atacado são insignificantes, e nossa produção militar estratégica ocorre em regiões que vocês desconhecem completamente e nunca conseguirão alcançar."

Horas depois, Trump publicou em sua plataforma, a Truth Social, um vídeo de dez segundos que mostra uma ponte, envolta em nuvens densas de fumaça, explodindo e caindo após ser atingida.

"A maior ponte do Irã vem abaixo para nunca mais ser usada —muito mais virá! É hora do Irã fazer um acordo antes que seja tarde mais e não reste nada do que ainda poderia se tornar um grande país", escreveu, sem indicar o local ou dar contexto sobre o ataque.

O comandante-chefe do Exército persa, Amir Hatami, disse mais cedo à mídia estatal iraniana que, diante do aumento de tropas americanas na região do Golfo, os quartéis-generais operacionais monitoram "os movimentos inimigos com o máximo de pessimismo e precisão" e se preparam para contra-atacar diante de qualquer ofensiva. "Nenhuma tropa inimiga deve sobreviver se os adversários tentarem uma operação terrestre."

A Guarda Revolucionária do Irã afirmou, também à TV estatal, ter atacado instalações de aço e alumínio ligadas aos EUA em países do Golfo como forma de aviso de que, se as indústrias do país forem atingidas novamente, a "próxima resposta de Teerã será mais dolorosa".

A força de elite do regime iraniano também disse ter atingido uma sede da Amazon no Bahrein, cumprindo a ameaça de atacar empresas americanas localizadas em países aliados dos EUA.

Os ataques são é uma retaliação após as duas maiores usinas siderúrgicas do Irã —Khuzestan e Mobarakeh— anunciarem paralisação das atividades por bombardeios sofridos desde a semana passada.

Também nesta quinta, o presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou a jornalistas durante uma visita de Estado à Coreia do Sul que a guerra dos EUA e de Israel contra o Irã não resolve a questão do programa nuclear de Teerã e defendeu negociações diplomáticas, técnicas e aprofundadas como solução.

O líder francês criticou o comportamento de Donald Trump em relação à Otan após o americano ter ameaçado, de novo, deixar a aliança militar por estar insatisfeito com o que classifica de falta de apoio à guerra contra o Irã.

"Se criamos a cada dia dúvidas sobre nosso compromisso, esvaziamos sua essência", disse Macron. "É uma responsabilidade que as autoridades americanas estão assumindo hoje ao dizer a cada manhã que faremos isso ou não faremos aquilo. Fala-se demais, e vai-se em todas as direções. [...] É preciso ser sério, e quando se quer ser sério não se pode dizer a cada dia o contrário do que se disse na véspera."

Macron também chamou de irrealista a opção de realizar uma operação militar, como desejam os EUA, para liberar à força o estreito de Hormuz, passagem marítima de um quinto do petróleo mundial bloqueada pelo Irã desde o início da guerra.

A reabertura será discutida em uma reunião virtual presidida pelo Reino Unido e da qual participam cerca de 35 países, incluindo França, Alemanha, Itália, Canadá e Emirados Árabes Unidos —os EUA não devem participar. O encontro acontece depois que Trump afirmou que era responsabilidade dos países que dependem da via marítima garantir que ela estivesse operando.

Inicialmente, os países europeus recusaram a exigência de Trump de enviar suas Marinhas para a área devido ao temor de serem arrastados para o conflito, mas a preocupação com o impacto do aumento do custo de energia na economia global os levou a formar uma coalizão para discutir caminhos para a liberação do estreito assim que um cessar-fogo for acordado.

Por Folhapress

Oito países muçulmanos condenam lei de Israel que prevê execução de palestinos

Reuters/Folhapress

Lei determina enforcamento como sentença padrão para condenados em tribunais militares

Oito países de maioria muçulmana condenaram, em comunicado conjunto, a decisão de Israel de aprovar uma lei que determina a pena de morte por enforcamento como sentença padrão para palestinos condenados em tribunais militares por ataques letais.

Paquistão, Turquia, Egito, Indonésia, Jordânia, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos afirmam que a lei constitui uma "escalada perigosa" e argumentam que há uma "necessidade urgente de evitar medidas" que possam inflamar ainda mais as tensões no Oriente Médio.

"Ressaltamos a importância de garantir a responsabilização e pedimos o fortalecimento dos esforços internacionais para manter a estabilidade e evitar uma maior deterioração", diz o texto divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores paquistanês.

Aprovada pelo Parlamento israelense na segunda-feira (30), a lei se aplica a condenados por assassinato cujos atos tenham o intuito de "negar" ou "acabar com a existência de Israel" —o que, na prática, significa que a pena de morte seria aplicada a palestinos, mas não a cidadãos israelenses judeus condenados por crimes semelhantes, segundo opositores.

O presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, afirmou que a legislação viola o direito internacional e é uma tentativa de intimidar os palestinos. O Afeganistão, governado pelo grupo fundamentalista Talibã, classificou a lei de uma "continuação da opressão" e pediu que organizações internacionais e o que chamou de "países influentes" ajam para impedir as sentenças.

A lei surge diante do aumento das críticas a Israel e da escalada da violência de colonos judeus contra palestinos na Cisjordânia, território que convive com a ocupação militar de Tel Aviv desde 1967, quando ocorreu a Guerra dos Seis Dias. Em março, a ONU alertou para o risco de "limpeza étnica" na região após o deslocamento forçado de mais de 36 mil palestinos em um ano.

A União Europeia e a Alemanha expressaram preocupação com a medida, também rejeitada pelo Canadá. Organizações de direitos humanos israelenses também criticaram a lei, descrevendo-a como um exemplo de "discriminação institucionalizada e violência racista".

Defensores da lei argumentam que a pena de morte dissuadirá palestinos de realizar ataques mortais contra israelenses ou de tentar sequestros com o objetivo de influenciar acordos de troca por palestinos presos em prisões de Tel Aviv.

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, votou a favor do texto, aprovado por 62 votos a 8 e marcado por ser uma das principais promessas da extrema-direita aliada ao premiê. Segundo a mídia israelense, Netanyahu tentou evitar reações negativas ao pedir que alguns elementos fossem suavizados.

Por Folhapress